



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 01-A, de 2015, do Sr. Vanderlei Macris e outros, que “altera o art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre o valor mínimo a ser aplicado anualmente pela União em ações e serviços públicos de saúde, de forma escalonada em cinco exercícios: 15%, 16%, 17%, 18% e 18,7%” - PEC 01-A/15.

Audiência pública

03 de setembro de 2015

Ronald Ferreira dos Santos

Coordenador Nacional do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública

SAÚDE+10

Saúde+10

movimento nacional em defesa da saúde pública

**A DEMOCRACIA
E A PARTICIPAÇÃO POPULAR
SÃO OS INSTRUMENTOS
DE GARANTIA DO
SUS PARA TODOS.**





Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública Conferência Nacional dos Dirigentes do Brasil

Projeto de lei de iniciativa popular para assegurar o repasse de 10% das receitas correntes brutas da União para a Saúde Pública Brasileira.

O presente abaixo assinado de projeto de lei de iniciativa popular tem por objetivo assegurar o repasse efetivo, a integral de 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde pública brasileira, atuando, dessa forma, a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012. Entendendo a necessidade de efetiva priorização da saúde pelos governos, o MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA, exige, juntamente com o controle social e bolsa de trabalho, transparência e controle adequado no Sistema Único de Saúde - SUS, garantindo um sistema justo e de qualidade para o povo brasileiro. Sendo assim, esse documento será encaminhado à Câmara dos Deputados, nos termos dos artigos 1º, 14, 11 e o artigo 61, § 2º, da Constituição Federal.

(PARA A REVISAR VALIDAR E ORIENTADOR PRESSIONES TODOS OS CAMPOS E COM A LETRA)

1. Nome	Data Nascimento	Assinatura ou Impressão Digital
Endereço	Município/UF	
2º Título de Eleitor	Zona	Seção
3. Nome	Data Nascimento	Assinatura ou Impressão Digital
Endereço	Município/UF	
4º Título de Eleitor	Zona	Seção
5. Nome	Data Nascimento	Assinatura ou Impressão Digital
Endereço	Município/UF	
6º Título de Eleitor	Zona	Seção
7. Nome	Data Nascimento	Assinatura ou Impressão Digital
Endereço	Município/UF	
8º Título de Eleitor	Zona	Seção
9. Nome	Data Nascimento	Assinatura ou Impressão Digital
Endereço	Município/UF	
10º Título de Eleitor	Zona	Seção

Favor enviar para qualquer um dos endereços abaixo (até 31/07/2013):
 Conferência Nacional dos Dirigentes do Brasil - CNDIB - Rua Santa Helena, 1001 - Bairro Morumbi - CEP 05010-900 - Curitiba - PR
 ou Federal de Saúde - Rua Desembargador Faria - 148 - 604 - 313 - Centro - CEP 12210-000 - São José dos Campos - SP



2.146.670

MG	346.800
SP	216.944
SC	171.913
PR	144.081
RS	112.483
BA	78.084
CE	47.272
PE	39.349
AM	38.203
PB	38.085
RJ	32.230
ES	32.122
RN	27.974
GO	27.494

MA	19.116
MS	14.634
RO	8.893
PI	8.590
AL	5.715
PA	5.351
RR	3.291
TO	3.030
MT	2.403
SE	2.372
DF	2.316
AC	1.910
AP	1.286
Assine+saúde MG	690.000



Saúde+10



**É DO POVO, É DA NAÇÃO
NÃO É DO GOVERNO, NEM DA OPOSIÇÃO
DEPUTADO E SENADOR, SUA POSIÇÃO VAI DEFINIR MEU VOTO NA ELEIÇÃO
PRESTA ATENÇÃO!
QUEREMOS 10% DAS RCB DA UNIÃO**

10/02/2015 - 20h48

Atualizado em 10/02/2015 - 21h04

Plenário aprova orçamento impositivo em 2º turno; falta votar destaque

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por **452 votos a 18 e 1 abstenção**, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição 358/13, do Senado, que cria o orçamento impositivo, obrigando a execução das emendas individuais ao orçamento da União até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) realizada no ano anterior.

Essa proposta, relatada pelo deputado Edio Lopes (PMDB-RR) na comissão especial, mantém o texto como veio do Senado, que incluiu a destinação de parte desses recursos para a saúde, conforme acordo fechado na Câmara quando da primeira votação. Esse montante poderá ser usado inclusive no custeio do Sistema Único de Saúde (SUS), mas não poderá servir para o pagamento de pessoal ou de encargos sociais. O substitutivo de Lopes contém ainda regras sobre aplicação mínima de recursos da União em saúde.

Os deputados devem votar ainda um destaque do Psol que pretende excluir do texto a progressividade do aumento de recursos destinados ao setor de saúde pública, estipulados pela PEC em 15% da receita corrente líquida a partir de cinco anos. Para manter o texto, será preciso o voto favorável de, ao menos, 308 deputados.

CONTEÚDOS RELACIONADOS

Política

Líder do PT diz que momento não é adequado para votar orçamento impositivo

Administração Pública

Orçamento impositivo ainda depende de aprovação em 2º turno

AGÊNCIA CÂMARA

[últimas](#)[+ lidas](#)[+ comentadas](#)

16h26 Em acareação, empresário reafirma acusações e é chamado de mentiroso

16h20 Líderes da Comissão de Orçamento reúnem-se nesta quinta

16h07 Especialistas defendem participação de municípios em planos estaduais de desenvolvimento

Saúde + 10 faz reunião e retoma luta em 2015

Segunda, 16 Março 2015 | tamanho da fonte | Imprimir | E-mail



ARTE-RONALD-FENAFAR

O Movimento SAÚDE+10 representa a continuidade da luta histórica pelo fortalecimento do financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS): desde a Constituição Federal de 1988, o SUS tem vivido um processo de “asfixia financeira”, resultado de uma combinação de descumprimento de dispositivos constitucionais e legais com mudanças destes mesmos dispositivos que não atendem aos anseios da população.

.....

.....

Por isso, para o Movimento SAÚDE+10, a luta continua e muito mais agora do que antes, diante das projeções de perdas de financiamento para os próximos dois anos, fortemente condicionada ao cenário de baixo crescimento da economia brasileira.

SAÚDE+10 A LUTA CONTINUA:

Defesa de 10% das Receitas Corrente Brutas da União **ou o equivalente em Saúde;**

Defesa de Fontes de Financiamento: Taxação das Grandes Fortunas, Revisão das Renúncias Fiscais, Justiça Tributária;

Defesa do Financiamento prioritariamente para as Ações e Serviços Públicos de NATUREZA PÚBLICA;

Defesa dos Preceitos sobre Saúde consignados em 1988 na Constituição.

Brasília, 10 de março de 2015

Plenárias Populares Regionais de Saúde

NORDESTE
13 e 14/03
Fortaleza/CE

SUDESTE
21 e 22/03
São Paulo/SP

SUL
20, 21 e 22/03
Porto Alegre/RS

2015

NORTE
27 e 28/03
Belém/PA

CENTRO-OESTE
27 e 28/03
Brasília/DF

15ª
CONFERÊNCIA NACIONAL DE
SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR SEM DAS PESSOAS.
DIREITO DO POVO BRASILEIRO.



19ª

PLENÁRIA NACIONAL DE CONSELHOS DE



ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES

13 e 14/4/2015

Centro de Convenções Ulysses Guimarães
Eixo Monumental, Lote 5 – SDN
Brasília-DF



SIMPÓSIO NACIONAL DE SAÚDE

Saúde: Direito de todos, Dever do Estado

DIAS 17 E 18 DE JUNHO DE 9H ÀS 17H30
AUDITÓRIO NEREU RAMOS – CÂMARA DOS DEPUTADOS



<p>ORÇAMENTO DA SAÚDE EM 2015 121 BILHÕES É suficiente para o SUS que queremos?</p>	<p>ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 1,5 BILHÃO Basta para garantir o acesso aos medicamentos?</p>	<p>MÉDICOS NO BRASIL 430 MIL Como garantir formação de qualidade, melhor distribuição e valorização dos profissionais?</p>
---	---	--

VENHA DEBATER CONOSCO!

Realização: Comissão de Seguridade Social e Família

Apoio:

Mais informações: 61 3214-9790

15^a

CONFERÊNCIA NACIONAL DE

ETAPAS ESTADUAIS

DE 16/7 A 30/9



SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE
PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS.
DIREITO DO POVO BRASILEIRO.

Home

Sobre a 15^a
Conferência

Regimento

Documento
Orientador

15^a Conferência
Documento
metodológico

Mapa do site

Contato



Busca

Receba Notícias

Email

Subscribe

FIQUE ATENTO!



Atualize os
dados
do SIACS



Conferências Livres Digam! Pensem! Falem aqui no Portal!
Use o **dê notícias** para contar como foi seu encontro

Destaques

Equipe multidisciplinar debaterá com as crianças da conferencinha de Minas



8^a Conferência
Estadual de Saúde
Minas Gerais



Notícias

Blog da 15^a CNS

Conferência Estadual de Saúde de Minas Gerais inova para reforçar luta pela saúde
admin - 02/09/2015

Conferência Livre de Saúde Povo de Terreiro - Pernambuco
diretoria@mopspernambuco.com.br - 02/09/2015

Equipe multidisciplinar debaterá com as crianças da conferencinha de Minas
admin - 02/09/2015

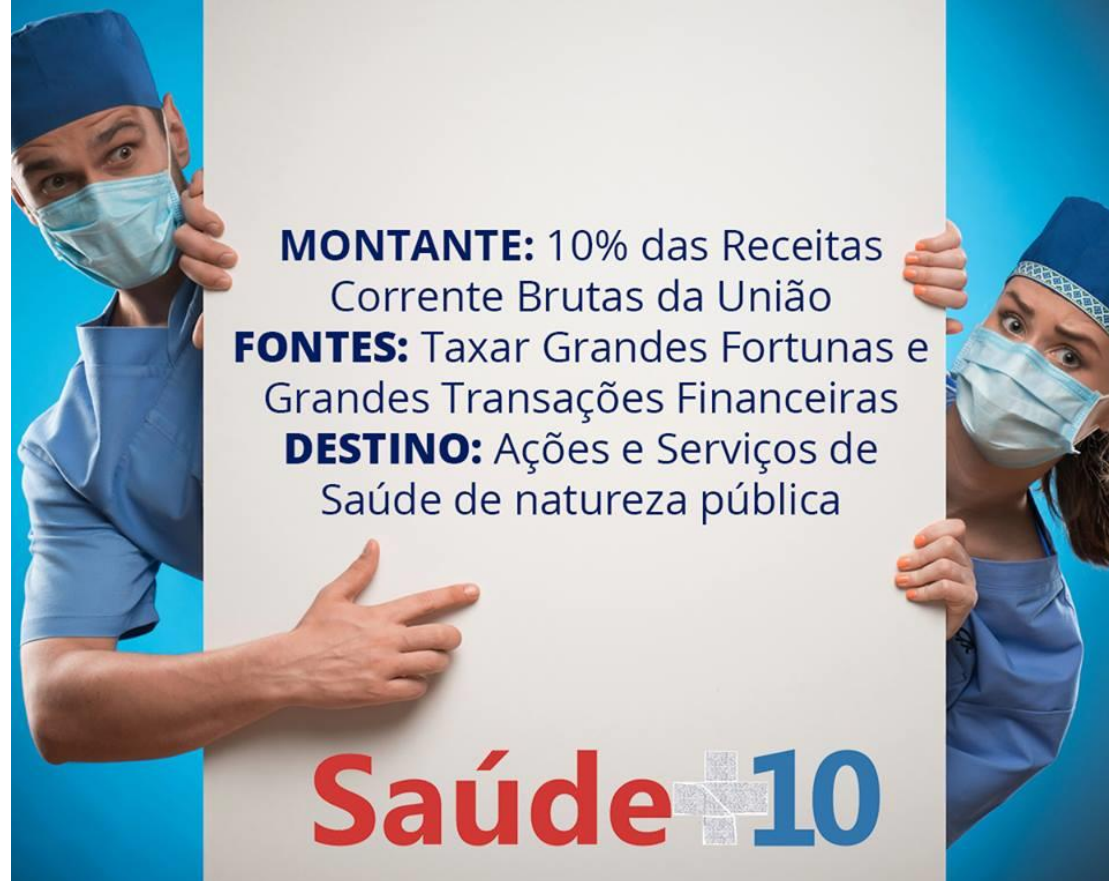
Conferência de Minas Gerais será espaço para aperfeiçoar SUS, diz



Conferências
Municipais



Conferências
Estaduais



O Conselho Nacional de Saúde (CNS) apresenta propostas para enfrentar o subfinanciamento da saúde pública. O documento mobilizador da sociedade busca influenciar o debate sobre o montante, a fonte e o destino dos recursos, bem como do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016, a ser encaminhado pela presidenta Dilma Rousseff, na segunda-feira (31), ao Congresso Nacional.

O CNS faz um diagnóstico da situação do financiamento da saúde, propõe avanços nas possibilidades fontes de custeio, no texto aprovado na reunião plenária de 5 de agosto de 2015

<http://conferenciasaude15.org.br/?p=20656>

Obrigado !!!

Ronald Ferreira dos Santos

Presidenta da FENAFAR

Conselheiro do CNS

Coordenador Nacional do Saúde+10

ronald@sindfar.org.br